



ATO Nº 3.953, DE 3 DE JULHO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 04.817.052/0001-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 3.954, DE 3 DE JULHO DE 2008

Expede autorização à T-LESTE TELECOMUNICAÇÕES LESTE DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 05.352.366/0001-43 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 3.955, DE 3 DE JULHO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à VIACAO LEME LTDA, CNPJ nº 48.635.593/0003-50 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 3.956, DE 3 DE JULHO DE 2008

Expede autorização à WG & F TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 07.635.751/0001-23 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de março de 2008

Nº 740/2008 - PBOA/SPB - Ref.: PADO n.º 53500.032.768/2005 - Resolve: aplicar a sanção de ADVERTÊNCIA à Easytone Telecomunicações Ltda., em razão do não atendimento do compromisso de abrangência, infringindo o art. 33 da Resolução n.º 283/2001.

Em 14 de março de 2008

Nº 807/2008 - PBOA/SPB - Ref.: PADO n.º 53508.012.304/2004 - Resolve: aplicar a sanção de ADVERTÊNCIA à ETML - Empresa de Telefonia Multiusuário Ltda., em razão do não atendimento do prazo contratual para a implementação do STFC, infringindo a cláusula 1.5. do termo de Autorização n.º 242/2002/SPB-Anatel.

Em 25 de abril de 2008

Nº 1.201/2008 - PBOA/SPB - Ref.: PADO n.º 53528.003113/2006 - Resolve: aplicar a sanção de ADVERTÊNCIA, à Fonet Brasil LTDA., em razão da não implementação do STFC conforme o disposto no Termo de Autorização n.º 308/2004/SPB-Anatel, infringindo o Art. 33 do Anexo à Res. n.º 283/2001.

GILBERTO ALVES
Interino

Em 9 de junho de 2008

Nº 1.622/2008 - PBOAC/PBOA/SPB - Ref.: PADO n.º 53524.002839/2006 - Resolve: aplicar a sanção de ADVERTÊNCIA, à Brasil Telecom S.A., em razão de irregularidades relativas ao cadastramento e licenciamento de estações de comutação, infringindo os itens 4.9 e 6.1.1 do Anexo à Resolução n.º 324/2002.

Nº 1.623/2008 - PBOAC/PBOA/SPB - Ref.: PADO n.º 53504.012393/2006 - Resolve: aplicar a sanção de ADVERTÊNCIA, à 51 Brasil Telecomunicações LTDA., em razão da não implementação do STFC conforme o disposto no Termo de Autorização nº 314/2004, infringindo a Cláusula 9.1, incisos I e XXII do referido Termo, e o Art. 33 do Anexo à Res. n.º 283/2001.

JOSÉ GONÇALVES NETO
Substituto

Em 14 de janeiro de 2008

Nº 88/2008 - PBOA/SPB - Ref.: PADO n.º 53500.032.761/2005 - Resolve: aplicar a sanção de MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) à Aerotech Telecomunicações Ltda., em razão do não atendimento do prazo contratual para a implementação do STFC, infringindo a cláusula 15.1 do Termo de Autorização.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 74, DE 17 DE MARÇO DE 2008

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187, inciso XVIII do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.001748/2005, resolve:

Autorizar a RÁDIO FM DO PORTO LTDA., com sede no município de Porto União, no Estado de Santa Catarina, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a utilizar nas transmissões de sua estação de radiodifusão, a denominação de fantasia "ANTENA 1 FM PORTO UNIÃO".

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(53000001748.05 - 13.05.2008 - 119,68)

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL
DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES
BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR BOLIVIANO"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Bolívia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, firmado em 17 de dezembro de 1996,

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento;

Considerando que a cooperação técnica na área da educação reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio ao Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar Boliviano" (doravante denominado "Projeto"), que tem o objetivo de assessorar o desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar na Bolívia, por meio de transferência de experiência, conhecimento técnico e capacitação dos agentes envolvidos no programa.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a alcançar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República da Bolívia designa:

a) o Vice-Ministério de Investimento Público e Financiamento Externo como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Comitê Técnico de Alimentação Escolar como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver na Bolívia as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo boliviano, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República da Bolívia cabe:

a) designar técnicos para desenvolver no Brasil as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes Contratantes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República da Bolívia.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes Contratantes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento publicado.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes Contratantes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação do presente Ajuste Complementar que surja na sua execução será resolvida pelas Partes Contratantes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer uma das Partes Contratantes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três meses após a data da notificação.